



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

22ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - GOIÂNIA/GO PROGRAMA DE ESTÁGIO

DATA DE REALIZAÇÃO: 26/08/2018 (domingo)

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno contém 51 (cinquenta e uma) questões, sendo 50 (cinquenta) objetivas e 1 (uma) subjetiva.
2. As questões objetivas estão assim distribuídas:
08 (oito) questões de DIREITO PENAL (01 a 08);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL (09 a 17);
08 (oito) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL (18 a 25);
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO (26 a 33);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL PENAL (34 a 42);
08 (oito) questões sobre JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (43 a 50).
3. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
4. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
5. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
6. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
7. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
8. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
9. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
10. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
11. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <http://www.jfgo.jus.br>, Menu "Concursos", "Estágios".

BOA SORTE!

DIREITO PENAL

1. São excludentes da ilicitude previstas no Código Penal, EXCETO:

- a) Estado de necessidade.
- b) Legítima defesa.
- c) Coação física irresistível.
- d) Exercício regular do direito.

2. Com relação às causas extintivas da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em nenhuma hipótese, é admitido o perdão judicial, uma vez que tal instituto é exclusivo das ações penais privadas.
- b) A decadência do direito de queixa ou de representação não tem o condão de extinguir a punibilidade do réu, mas apenas de sustar o andamento da ação penal.
- c) A prescrição, diferentemente da perempção e da decadência, não acarreta a extinção da punibilidade do réu.
- d) Falecendo o acusado, opera-se a extinção de sua punibilidade.

3. De acordo com o Código Penal, os menores de 18 (dezoito) anos de idade:

- a) Não cometem crime, pois têm a ilicitude de sua conduta afastada.
- b) São penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) Respondem criminalmente como partícipes de menor importância.
- d) Somente respondem se houver concurso de agentes.

4. João, funcionário público, para não multar Pedro, que trafegava em velocidade acima da permitida na via, solicitou, para si, diretamente, determinada quantia. Pedro, contudo, não cedeu à solicitação de João. Diante dessa situação, é correto afirmar que João responderá pelo crime de:

- a) Corrupção ativa, na forma consumada.
- b) Corrupção ativa, na forma tentada.
- c) Corrupção passiva, na forma consumada.
- d) Prevaricação, na forma tentada.

5. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Código Penal veda a aplicação isolada da pena de multa.
- b) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto.
- c) As penas restritivas de direitos não substituem as privativas de liberdade, mas são com elas cumuladas.
- d) A multa converte-se em pena de reclusão, quando o condenado solvente deixa de pagá-la.

6. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Não há diferença significativa entre os crimes de contrabando e de descaminho, motivo pelo qual o legislador optou por prevê-los no mesmo tipo penal.
- b) O delegado de polícia que deixa de instaurar Inquérito Policial para apurar crime cometido por seu vizinho deverá ser responsabilizado por corrupção passiva.
- c) O funcionário público que se apropria de bem móvel público, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio, responde pelo delito de apropriação indébita qualificada.
- d) Pratica o crime de contrabando o agente que importa mercadoria proibida, estando sujeito à pena de reclusão.

7. No que se refere à aplicação da lei penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas nada impede que haja pena sem prévia cominação legal.
- b) Consideram-se extensão do território nacional as aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem.
- c) A lei penal é irretroativa, não admitindo exceções.
- d) No prazo penal exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do fim.

8. Acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É impossível a prática do crime de furto de energia elétrica, uma vez que esta é considerada coisa imóvel e o furto consiste na subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel.
- b) Aumenta-se a pena do crime de furto caso este seja praticado durante o repouso noturno.
- c) O sequestro relâmpago é modalidade de extorsão qualificada.
- d) O roubo é majorado se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Cooperação e boa-fé subjetiva são princípios que norteiam o novo Código de Processo Civil.
- b) Ainda que haja tese firmada em julgamento de casos repetitivos, não poderá ser concedida tutela de evidência contra uma das partes sem que ela seja ouvida previamente.
- c) Os juízes e os tribunais observarão, necessariamente, a ordem cronológica de conclusão dos processos para proferir sentença ou acórdão.
- d) Os princípios da inércia da jurisdição e da primazia do mérito significam, respectivamente, que o judiciário, como regra, só age quando provocado pela parte; e que o juiz deve priorizar a prestação jurisdicional, ou seja, o julgamento do mérito da ação, suprimindo e sanando irregularidades processuais sempre que for possível.

10. A respeito das normas processuais novas é CORRETO afirmar:

- a) aplicam-se, sem exceção, aos processos em curso e a todos os atos processuais.
- b) aplicam-se aos processos em curso e a todos os atos processuais, com exceção apenas da coisa julgada.
- c) aplicam-se aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) aplicam-se aos processos em curso e a todos os atos processuais, respeitado apenas o direito adquirido.

11. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico, ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio.
 - II - Considerando as disposições do CPC vigente, pode-se afirmar que para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade e que o pedido seja juridicamente possível.
 - III - A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo território nacional.
 - IV - Os prazos peremptórios poderão ser reduzidos pelo juiz sem anuência das partes.
- a) Todas estão incorretas.
 - b) Todas estão corretas.
 - c) Apenas as contidas nos itens II e IV estão incorretas.
 - d) Apenas as contidas nos itens I e II estão corretas.

12. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- b) A incompetência, absoluta ou relativa, deve ser declarada de ofício pelo juiz.
- c) A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação.
- d) Há conflito de competência, dentre outros casos, quando 2 (dois) juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência.

13. Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Ordinariamente os atos processuais são realizados na sede do juízo e nos prazos prescritos em lei.
 - II - É tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
 - III - Para a prática de ato processual considerado complexo, o juiz estabelecerá prazo diverso do prescrito em lei.
 - IV - Na ausência de prazo prescrito em lei ou fixado pelo juiz, é de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- a) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - b) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

14. Considerando que o Membro do Ministério Público não tenha sido intimado para acompanhar processo em que deveria intervir, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Serão invalidados os atos praticados a partir do momento em que deveria ter ocorrido a intimação.
 - II - A nulidade somente poderá ser decretada após a notificação do Membro do Ministério Público, que manifestará sobre a existência ou inexistência de prejuízo.
 - III - Não se trata de causa de nulidade do processo.
 - IV - O membro do Ministério Público o assumirá o processo no estado em que se encontre, preservando-se os atos pretéritos.
- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
 - c) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

15. A respeito da tutela de urgência, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A probabilidade do direito e o perigo de dano, quando verificada a existência de elementos que os evidenciem, autorizam a concessão de tutela de urgência.
- b) Para a concessão de tutela de urgência poderá ser exigida caução real.
- c) Pode ser concedida liminarmente.
- d) O perigo de irreversibilidade da decisão não constitui óbice à concessão de tutela de urgência de natureza antecipada.

16. Em relação à petição inicial, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A petição inicial será indeferida quando apresentada sem o nome e o domicílio do réu.
- b) O autor instruirá a petição inicial com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- c) A petição inicial indicará, dentre outros, o juízo a que é dirigida e a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação.
- d) Ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o juiz determinará que o autor a emende ou a complete no prazo de 15 (quinze) dias.

17. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
 - II - A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
 - III - Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
 - IV - Havendo mais de um intimado, o prazo para cada um é contado individualmente.
- a) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - b) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. Sobre as disposições constitucionais relativas ao meio ambiente, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Todos tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações.
- b) Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental apenas no ensino fundamental.
- c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- d) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

19. Assinale a assertiva CORRETA no que se refere ao Supremo Tribunal Federal.

- a) De acordo com a CF/88 ao Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário, compete precipuamente a guarda da Constituição.
- b) É composto por 13 ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Compete ao STF julgar os conflitos de competência entre os tribunais de justiça estaduais.
- d) Os ministros do STF serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.

20. É legitimado a propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, EXCETO:

- a) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) O presidente da Câmara dos Deputados.
- c) O Presidente da República.
- d) O Procurador-Geral da República.

21. De acordo com o art. 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- a) Cidadania.
- b) Soberania.
- c) Igualdade entre os Estados.
- d) Pluralismo político.

22. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Moralidade.
- b) Legalidade.
- c) Eficiência.
- d) Pessoalidade.

23. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assinale a assertiva CORRETA sobre o Ministério Público.

- a) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado.
- c) Adquirem a vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- d) Podem receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários ou custas processuais.

24. O Art. 62 da Constituição Federal prevê a possibilidade, em caso de relevância e urgência, de o Presidente da República adotar medidas provisórias. Todavia é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

- I - que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;
- II - relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- III - relativa a Direito penal, processual penal, Direito civil e processual civil;
- IV - reservada a lei ordinária e complementar.

Considere as assertivas acima e escolha a alternativa CORRETA.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas III e IV estão corretas.
- d) Somente I e II estão corretas.

25. São direitos sociais, expressamente previstos no art. 7º, da Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- a) A moradia.
- b) A proteção à maternidade.
- c) A livre locomoção no território nacional em tempo de paz.
- d) O lazer.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, analise as afirmações abaixo e assinale a INCORRETA.

- a) Decorre do princípio da publicidade a obrigação da Administração Pública de fornecer, gratuitamente, e quando solicitada, certidão para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações de interesse pessoal do solicitante.
- b) O princípio da legalidade autoriza a Administração a fazer tudo o que a lei não proíbe.
- c) O princípio da eficiência remete à ideia de uma administração gerencial.
- d) Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quando no exercício de suas funções administrativas, devem observar os princípios orientadores da atuação da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

27. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Pode-se afirmar que no Direito Administrativo o conceito de legalidade, em sentido amplo, envolve a lei, o interesse público e a moralidade.
 - II - O poder discricionário da Administração deve ser exercido com observância dos limites estabelecidos pela lei.
 - III - Os atos administrativos, tendo em vista os seus destinatários, classificam-se em gerais e individuais.
 - IV - A indisponibilidade do interesse público é um dos fundamentos do Direito Administrativo.
-
- a) Todas as alternativas estão corretas.
 - b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - c) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

28. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Os cargos, empregos e funções públicas somente poderão ser exercidos por brasileiros natos.
 - II - Os cargos em comissão são criados por lei e providos mediante concurso público.
 - III - São agentes públicos aqueles que prestam serviço ao Estado, ainda que gratuitamente.
 - IV - As funções de confiança são acessíveis somente aos servidores titulares de cargo efetivo.
- a) Todas as alternativas estão incorretas.
 - b) Somente as alternativas I e III estão incorretas.
 - c) Somente as alternativas I e II estão incorretas.
 - d) Somente as alternativas III e IV estão incorretas.

29. São exemplos de bens públicos de uso especial:

- a) praças.
- b) rios.
- c) ruas.
- d) hospitais públicos.

30. Pode-se afirmar que a possibilidade de a Administração Pública restringir direitos individuais com a finalidade de resguardar o interesse coletivo decorre do poder:

- a) disciplinar.
- b) regulamentar.
- c) hierárquico.
- d) de polícia.

31. As certidões expedidas pelos órgãos Públicos são exemplos de ato:

- a) ordinatório.
- b) punitivo.
- c) enunciativo.
- d) normativo.

32. Analise as afirmações abaixo.

- I - O direito de extensão faculta ao proprietário exigir que a parte do imóvel que tenha se tornado inútil ou de difícil utilização seja incluída na desapropriação.
- II - Tredestinação ocorre quando se dá ao bem desapropriado destino diverso daquele para o qual se desapropriou.
- III - Compete à União e aos Estados, exclusivamente, declarar a utilidade pública ou o interesse social com vistas à desapropriação do bem.
- IV - Compete aos Estados e aos Municípios, exclusivamente, declarar a utilidade pública ou o interesse social com vistas à desapropriação do bem.

Estão corretas as assertivas constantes dos itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

33. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O controle que a Administração Pública exerce sobre seus próprios atos é controle de legalidade e de mérito.
- b) Os atos administrativos discricionários não estão sujeitos ao controle externo da Administração.
- c) O recurso administrativo não integra o controle administrativo da Administração Pública.
- d) A responsabilização patrimonial do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988, depende da demonstração de conduta estatal ilícita dolosa ou culposa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34. No Estado de Goiás, João praticou a contravenção penal do jogo do bicho; Matheus assaltou a Caixa Econômica Federal (Empresa Pública); e Fernando, motivado por disputa sobre direitos indígenas, praticou crime comum contra um índio. Nessa situação hipotética, caberá à Justiça Federal processar e julgar:

- a) Somente João.
- b) Somente Matheus e João.
- c) Somente Fernando.
- d) Somente Matheus e Fernando.

35. Sobre a citação no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Estando o réu em local incerto e não sabido, será citado por hora certa.
- b) Considera-se o acusado citado no momento da juntada do mandado.
- c) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- d) Se o réu estiver preso, será citado por edital.

36. A respeito dos princípios processuais penais, é CORRETO afirmar:

- a) Aplica-se às ações penais privadas o princípio da indisponibilidade.
- b) O direito ao silêncio, assegurado pela Constituição Federal, somente se aplica ao acusado preso.
- c) A lei processual penal não admite a aplicação da analogia e da interpretação extensiva, em razão do princípio da reserva legal.
- d) Pelo princípio do juiz natural, não haverá juízo ou tribunal de exceção.

37. Sobre prisão e liberdade provisória, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- I - Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- II - Lavrado o auto de prisão em flagrante por crime hediondo, poderá o juiz conceder ao preso liberdade provisória mediante fiança.
- III - Recebida a denúncia, poderá o juiz decretar a prisão temporária do acusado, preenchidos os requisitos legais.
- IV - Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando a agente for gestante.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência CORRETA.

- a) V, F, F, V
- b) V, V, F, F
- c) V, F, V, V
- d) F, F, V, V

38. Assinale a alternativa correta:

- a) O interrogatório por videoconferência é a regra para o nosso Código de Processo Penal.
- b) O juiz, em razão do sistema acusatório, não poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- c) O silêncio do acusado durante o interrogatório não importará em confissão, mas poderá o juiz interpretá-lo em prejuízo da defesa.
- d) Em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor.

39. Sobre recursos no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em nenhuma hipótese, é possível ao Ministério Público apelar de uma sentença condenatória.
- b) Da decisão que pronunciar o réu, caberá recurso de apelação.
- c) O recurso em sentido estrito tem pouca aplicabilidade no processo penal, sendo cabível apenas das decisões do Tribunal do Júri.
- d) Caberá apelação, no prazo de 5 (cinco) dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

40. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de competência da Justiça Federal o prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias.
- b) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá a autoridade policial iniciá-lo de ofício, em razão do princípio da indisponibilidade.
- c) A autoridade policial deverá arquivar o inquérito policial quando faltar justa causa para a propositura da ação.
- d) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não cabe recurso.

41. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos crimes de ação pública, se o Ministério Público opinar pela absolvição do acusado, não poderá o juiz proferir sentença condenatória.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, o acusado será citado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias, sucessivamente, para a apresentação de memoriais.
- d) Pelo princípio da identidade física do juiz, o magistrado que presidir a instrução deverá proferir a sentença.

42. Em relação às ações penais, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, esta somente poderá ser feita por escrito.
- b) O Ministério Público poderá desistir da ação, caso entenda não haver motivo para a condenação.
- c) O Código de Processo Penal faculta ao querelante oferecer a queixa-crime somente contra um dos autores do crime.
- d) Admite-se a retratação da representação, desde que antes de oferecida a denúncia.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

43. Acerca dos Juizados Especiais Federais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar ações populares e mandados de segurança que impugnem atos de autoridades federais, se os valores das causas forem inferiores a sessenta salários mínimos.
- b) Para evitar dano de difícil reparação, é permitido ao juiz deferir, de ofício ou a requerimento das partes, medidas cautelares no curso dos processos em trâmite nos JEFS.
- c) Quando as circunstâncias exigirem, o Juiz Federal poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal respectivo.
- d) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

44. Inclui-se na competência dos Juizados Especiais Cíveis Federais:

- a) Ação de desapropriação.
- b) Ação sobre bens imóveis das autarquias e fundações públicas federais.
- c) Ação de anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- d) Execuções fiscais.

45. Considere as assertivas abaixo a respeito dos Juizados Especiais Federais e assinale a alternativa CORRETA.

- I - No Juizado Especial Federal Cível, admitem-se, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - II - Contra as sentenças proferidas pelos Juizados Especiais Federais em desfavor da fazenda pública da União deve haver o reexame necessário.
 - III - a oposição de embargos de declaração interrompe o prazo para interposição de recurso.
 - IV - aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais).
- a) Nenhuma está correta.
 - b) Estão corretas as assertivas I e IV.
 - c) Apenas I e III estão corretas.
 - d) Estão corretas I, III e IV.

46. A respeito dos juizados especiais cíveis no âmbito da Justiça Federal, assinale a opção CORRETA.

- a) A produção de prova pericial não é admitida nos Juizados Especiais Federais, cuja competência está restrita a causas de menor complexidade.
- b) Segundo a Lei nº 10.259/2001, são vedados o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça em parte por intermédio de requisição de pequeno valor e em parte mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.
- c) Quando a pretensão do autor versar sobre prestações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor de 50 (cinquenta) salários mínimos.
- d) É de quinze dias o prazo para interposição de recurso de sentença, cabendo o julgamento à Turma Recursal.

47. Tendo em vista os princípios que informam os Juizados Especiais Federais, é CORRETO afirmar que, no procedimento respectivo, admite-se:

- a) Reconvenção.
- b) Assistência.
- c) Prática de ato processual pela própria parte, exceto em caso de recurso.
- d) Denúnciação à lide.

48. No que se refere aos Juizados Especiais Federais, assinale a opção INCORRETA.

- a) Admite-se ação que tenha por objeto impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- b) A realização de perícia técnica para prova dos fatos alegados não é suficiente para afastar a competência do Juizado Especial Federal.
- c) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.
- d) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na legislação competente.

49. Analise as afirmativas abaixo e marque a opção CORRETA.

- I - Nos Juizados Especiais Federais cíveis as partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).
 - II - O juizado Especial que proferiu a sentença é competente para a execução.
 - III - É da competência dos Juizados Especiais Federais as causas que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.
 - IV - Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em vinte dias, apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos.
- a) Apenas a assertiva II está correta.
 - b) Nenhuma assertiva está correta.
 - c) Estão corretas as assertivas I, II e IV.
 - d) Estão corretas as assertivas I e II.

50. Considerando as normas que regem os Juizados Especiais Federais assinale alternativa INCORRETA.

- a) Somente será admitido recurso de sentença definitiva. Todavia, as medidas cautelares deferidas no curso do processo igualmente podem ser objeto de recurso.
- b) A parte recorrente que não seja beneficiária da assistência judiciária está dispensada de realizar o preparo do recurso.
- c) O prazo para interposição de recurso de sentença é de 10 (dez) dias, cabendo o julgamento à Turma Recursal.
- d) Se o valor da execução ultrapassar o valor de alçada (sessenta salários mínimos), o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultado à parte a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

FIM DAS QUESTÕES OBJETIVAS

